



CÂMARA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

CÂMARA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

ATA N.º 07/2020

**REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA
NO DIA 07 DE MAIO DE 2020**

A handwritten signature in blue ink, consisting of a stylized 'F' followed by a vertical line and a horizontal stroke.



-----**Ata n.º 07/2020**-----

-----Aos sete dias do mês maio de dois mil e vinte, reuniu, no edifício dos Paços do Concelho, a Câmara Municipal, através de videoconferência, em reunião ordinária, devidamente convocada nos termos do no n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e da deliberação tomada em reunião de Câmara de 16 de novembro de 2017, reunião para ter início às 14,30 horas, com a seguinte ordem do dia:-----

-----1 - Aprovação da Ata n.º 05/2020 da reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada no dia 05 de março de 2020; -----

-----2 - Aprovação da Ata n.º 06/2020 da reunião extraordinária da Câmara Municipal, realizada no dia 17 de abril de 2020;-----

-----3 - Proposta - Contrato de Participação - Parques Infantis - Adenda N.º 1; -----

-----4 - Contratos-Programa de Desenvolvimento Desportivo - Airões a Pedalar Associação, Associação Desportiva - Amadores de Pesca de Felgueiras, Associação de Cicloturistas de Felgueiras, Clube de Andebol de Barrosas, Foca - Clube de Natação de Felgueiras, NBA - Núcleo Barrosas Amador, Salta Fronteiras Associação e União Desportiva de Várzea;-----

-----5 - Descentralização | Educação | Celebração de Protocolo de Colaboração e Delegação de Competências; -----

-----6 - Proposta de Autorização Prévia da Assembleia Municipal para Assunção de Compromissos Plurianuais e a sua Reprogramação - "Requalificação da Praça Vasco da Gama"; -----

-----7 - Revogação da Deliberação de Câmara de 19 de julho de 2018 - Procedimento Concursal Comum para Ocupação de Um Posto de Trabalho na Categoria e Carreira de Técnico Superior, com Formação na Área de Ciências da Nutrição;-----

-----8 - Autorização para Abertura de Concursos Internos de Acesso Limitado tendo em vista o Preenchimento dos Postos de Trabalho infra identificados, Previstos e não Ocupados no Mapa de Pessoal: -----

- Ref.ª A - Dois Postos de Trabalho na Categoria de Graduado-Coordenador da Carreira de Polícia Municipal;-----

- Ref.ª B - Quatro Postos de Trabalho na Categoria de Agente Graduado Principal da Carreira de Polícia Municipal; -----

- Ref.ª C - Doze Postos de Trabalho de Agente Graduado da Carreira de Polícia Municipal;





CÂMARA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

- Ref.^a D - Quatro Postos de trabalho de Agente Municipal de 1.^a da Carreira de Polícia Municipal; -----

-----9 - Alteração do Júri dos Procedimentos Concurrais de Seleção para Provimento de Cargo de Direção Superior (Diretor/a Municipal); Cargos de Direção Intermédia de 1.^o Grau (Diretor/a de Departamento); Cargos de Direção Intermédia de 2.^o Grau (Chefe de Divisão) e Cargos de Direção Intermédia de 3.^o Grau (Chefe de Serviços); -----

-----10 - Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) No 1.^o Ciclo do Ensino Básico e Atividades de Animação e Apoio Educativo nos Agrupamentos de Escolas da Rede Pública, desenvolvidas pelo Município de Felgueiras. Recrutamento de Técnicos Superiores para Assegurar o Desenvolvimento das Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) e Atividades de Animação e Apoio Educativo (1.^o CEB) e à Família (Pré-Escolar) para o Ano Letivo 2020/2021; -----

-----11 - Mapa de Pessoal para o Ano de 2020 - 1.^a Alteração;-----

-----12 - Relação das decisões proferidas em processos de licenciamento no âmbito do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação; -----

-----13 - Aprovação em minuta dos textos das deliberações. -----

-----Encontravam-se presentes no Salão Nobre do edifício dos Paços do Concelho, o Senhor Presidente da Câmara e os Senhores Vereadores, António Fernando da Silva Fernandes, Ana Maria Medeiros Peixoto, Joel Rui Carvalho da Costa e Rosa Maria de Sousa Pinto, todos da coligação SIM ACREDITA - L-PS.-----

Os Senhores Vereadores, João Fernando Lopes de Sousa, Carla Maria Pinto Pereira Meireles da Costa, Joaquim José Teixeira Ribeiro e Adelina Maria Moreira da Silva, da coligação MANTER A ESPERANÇA - PPD/PSD.PPM, participaram na reunião através de meios telemáticos.-----

-----Verificada a existência de *quórum*, de acordo com o disposto no art.^o 54.^o, da Lei n.^o 75/2013, de 12 de setembro, deu-se início aos trabalhos pelas quinze horas e dez minutos.-----

-----O Senhor Presidente da Câmara Municipal assumiu a presidência da reunião, cumprimentou todos os presentes, os Senhores Vereadores, e, de seguida, declarou aberto o: -----

-----PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA-----

-----O Senhor Vereador João Sousa colocou dois tipos de questões: -----





CÂMARA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

O primeiro, em que solicitou o ponto de situação sobre a Covid-19 e a sua evolução no concelho;-----

Acerca do mesmo assunto, mas com outro objetivo; do ponto de vista das IPSS, dos Bombeiros e das famílias, quais são os apoios que estão a solicitar, como é que estão a viver esta crise, o que é que eles precisam mais? Instituições e famílias. Referiu-se às IPSS e Bombeiros, porque são duas instituições que estão a viver dificuldades e gostariam de perceber quais são as dificuldades que têm e as dificuldades que as famílias estão a atravessar. -----

Uma outra questão tem a ver com os transportes escolares e com as refeições. Neste momento, estes serviços não estão a ser efetuados e a partir do dia dezoito far-se-ão, mas apenas em parte. O que pretendem saber é, do ponto de vista contratual, como é que estas duas questões estão a ocorrer? Se o contrato é suspenso, se nada é pago, se continua a ser o serviço pago e não prestado porque as empresas não têm culpa, mas a Câmara Municipal também não tem culpa, e se eventualmente está a pagar? Só para perceber em que situação estão.-----

Uma última pergunta: na última reunião da Câmara Municipal, a Senhora Vereadora da Educação referiu que havia 813 alunos identificados com necessidades de apoio ao ensino à distância. Entretanto, viu uma informação ou uma notícia, porque não se recorda muito bem onde viu, que dizia que a Autarquia iria adquirir cento e cinquenta computadores para colmatar estas carências. A questão que coloca é que aqueles computadores são para quais dos oitocentos e treze daqueles alunos? Se é apenas uma primeira tranche? O que está no fundo por detrás desta contratualização, uma vez que perceberam daquilo que foi dito na última reunião, que seria de esperar que as empresas e os particulares oferecessem ou eventualmente as empresas de informática e os particulares oferecessem os outros seiscentos e quarenta e três ou seiscentos e trinta e sete.-----

-----O Senhor Vereador Joaquim Ribeiro cumprimentou todos e, de seguida, colocou algumas questões que lhe parecem pertinentes neste período antes da ordem do dia.-----

A primeira questão tem a ver com o Caminho Municipal n.º 1184 sobre o qual gostaria de saber qual o ponto de situação relativamente à contratualização com um dos proprietários, que tem a ver com o terreno confinante com a Rua 1.º de Maio.-----

Em segundo, gostaria de saber qual tem sido a articulação entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia no âmbito de toda esta problemática associada à pandemia,





CÂMARA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

nomeadamente ao nível dos equipamentos de proteção, da divulgação pela população, dos encerramentos, embora da competência exclusiva das Juntas de Freguesia, mas de uma forma articulada para que as coisas pudessem funcionar o mais homoganeamente possível e com um impacto mais assertivo na população, o encerramento dos cemitérios, a fase da reabertura com alguns cuidados, o encerramento do atendimento nas Juntas de Freguesia e se tudo isto teve alguma articulação com as Juntas de freguesia. -----

Estamos numa fase em que algumas escolas poderão eventualmente abrir, embora com muitas restrições, essencialmente para os do 11.º e 12.º Anos, para os infantários e as creches em que também existe essa possibilidade. Por outro lado, ao nível e funcionamento dos serviços da Câmara Municipal, este problema trouxe alguns constrangimentos, como era de esperar. E se aqui houve alguma articulação com as Juntas de Freguesia para que os cidadãos quando se dirigem, por uma questão de proximidade aos Presidentes de Junta ou a alguém associado aos Órgãos da Junta de Freguesia, possam com a maior das facilidades e maior assertividade dizer aos utentes o que é que se alterou e as formas mais expeditas que a Câmara Municipal, através dos seus canais de comunicação já vai fazendo publicitar, mas muitas das vezes inacessível a uma franja da população. Por outro lado, as questões mais recentes que têm a ver com a distribuição dos cabazes e a distribuição dos computadores, embora não tenha muito a ver com as Juntas de Freguesia, porque são entidades diferentes, terão de fazer os respetivos levantamentos e as respetivas distribuições, entende que a articulação com as Juntas de Freguesia, como eleitos locais, seria de supor que o próprio Presidente de Câmara pudesse ter tido alguma reunião coletiva com os Presidentes de Junta, dando-lhes nota exatamente destas iniciativas, para que todos, a uma só voz, pudessem ser informados da forma como todas estas medidas se pretendem implementar. -----

Uma terceira questão tem a ver com aquilo que já foi a sequência da penúltima reunião, a última ordinária, e que tem a ver com o relatório da fiscalização da obra na Igreja Matriz. Se realmente esse relatório já existe, se podem ter conhecimento ou não e se realmente o empreiteiro tem novos prazos ou não, porque ficou pendente na penúltima reunião. ----

Por outro lado, gostaria também de saber, apesar de *in loco*, ter verificado que as obras vão sendo executadas, por que é visível, qual o ponto de situação relativamente às obras no edifício sede do Agrupamento de Escolas D. Manuel Faria e Sousa. Se os prazos estão a ser cumpridos, se está prevista a conclusão até ao início do ano letivo, uma vez que





houve esta interrupção por causa da pandemia que, de certa forma, poderá ter facilitado a execução das obras. Se realmente tudo está a correr de forma que em setembro quando as aulas se iniciarem normalmente, poder a obra já estar numa fase muito avançada de forma a evitar os constrangimentos no funcionamento da Escola.-----

Uma outra questão, que também ficou pendente na penúltima reunião de Câmara, tem a ver com o plano de investimento previsto para os edifícios escolares. Foi dito que esse plano de investimento e o mapa de quantidades estava a ser elaborado e que em tempo oportuno o fariam chegar informação sobre as intervenções, onde e o quê, em cada um dos edifícios.-----

Uma outra questão, também uma situação pendente da reunião anterior, extraordinária, que era se efetivamente os despachos número oito e número nove que foram publicados no *site* da Câmara Municipal e que têm a ver no essencial com os contratos de redução das tarifas da água e do saneamento, se realmente tinham de ir à reunião de Câmara, ou não. Ficou essa dúvida, ficaram de esclarecer e gostaria de saber se realmente já existia alguma resposta.-----

Por último, há duas coisas que são um facto neste momento em Felgueiras. A primeira é que a pandemia infelizmente não está controlada, controlada no sentido de que há uma ascendência, ou seja, a tal curva que se fala contrariamente àquilo que tem sido a tendência a nível nacional, e a tendência até ao nível da própria região do Vale do Tâmega e Sousa. Em Felgueiras essa curva está, não no sentido do achatamento, mas num sentido de agravamento. Só durante o mês de abril tivemos períodos preocupantes. Períodos esses que têm tido consequências, mas ou menos previsíveis ao nível da situação económica e financeira em Felgueiras, via encerramento de estabelecimentos comerciais e empresas, que provocaram obviamente quebras de rendimento elevadíssimas, com o impacto imediato naquilo que é o rendimento das pessoas. Mais grave que isso, é que estando esta tendência a não ser desagravada em Felgueiras e, pelo menos, é esse o sinal que temos, a situação económica e financeira do concelho tender-se-á a agravar. Significa que, em última instância, e esse é o problema mais grave, é a situação de desemprego. E a situação de desemprego em Felgueiras, só no mês de março aumentou 13,5% aproximadamente. Só no mês de março, sabendo que no mês de abril ainda está em análise de dados, mas que o agravamento é muito maior. Pelo





conhecimento que tem, até pela sua área profissional, é uma problemática diária catastrófica.-----

Em conclusão o que pretende: há dois factos em Felgueiras. A crise pandémica não está a melhorar, não existem sinais que nos digam isso e, em paralelo, a situação económica e financeira tem consequências gravíssimas, está a ter consequências gravíssimas ao nível do desemprego e da descapitalização. Ora, face a isto, gostaria de saber o que é que o Senhor Presidente de Câmara pensa sobre isto e como autoridade política local o que é que tem feito ou o que é que estará a preparar para minorar. Claro que não se poderá substituir a este problema porque este problema não é substituível por ninguém, mas quem tem o poder de decisão, quem tem o poder de capacidade de influência junto dos Governos, junto das autoridades, sejam elas a que nível for, alguma coisa deverá ser pensada, deverá ser planeada para acudir, porque já temos uma certeza, os constrangimentos e os problemas sociais vão ser uma realidade.-----

-----O Senhor Presidente respondeu às questões levantadas pelo Dr. João Sousa que têm a ver com o tipo de apoios que têm sido dados às IPSS e Bombeiros. Deu nota que, relativamente às IPSS, para além das reduções em termos de apoios no abastecimento de água e saneamento, em que está prevista uma redução de 70% nos custos, nos meses em que a Covid afetou o nosso concelho. Tem havido distribuição de EPI's em função do que têm conseguido angariar e adquirindo. Neste momento o mais difícil tem a ver com as compras, a forma como elas possam decorrer, porque há quem apareça a oferecer as coisas a qualquer preço. Tem de haver algum cuidado na forma como se compra e ao preço que se compra. Dentro dessa razoabilidade tem sido adquirido equipamento e têm tentado dar esse suporte. -----

Paralelamente a isto, nas IPSS conseguiu-se numa primeira fase e depois já articulado com a ACES a solução para os testes aos profissionais dos lares.-----

Entretanto, com os Bombeiros também foram feitos esses testes.-----

Nas famílias têm tratado, quer seja com os voluntários, quer seja com as IPSS, em parceria, do que são as problemáticas maiores, do apoio direto a pessoas que estejam infetadas, desde a higiene pessoal, a alimentação, o apoio na medicação e, portanto, tudo isto está a ser feito. -----

Deu nota, de forma generalizada, que relativamente à Covid os casos têm crescido, porque é sempre o acumular daquilo que foi o início da pandemia. Felgueiras começou de





CÂMARA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

uma forma mais fugaz, muito bruta, um foco mais de incidência e que ninguém estava preparado para responder desta maneira tão rápida. -----

O que acontece é que o que se tem visto nos últimos tempos tem sido de facto um crescimento fora do normal. Deu nota que a Comissão da Proteção Civil esteve reunida no sábado, fez oito dias, na parte da manhã do dia 25 de abril, onde esteve também presente o Senhor Delegado de Saúde, o Senhor Diretor do ACES, dando nota de que os números apresentados andarão na ordem dos trezentos e oitenta e cinco casos identificados. Continuam a dizer que não dão a identificação dos casos, o que foi questionado por várias pessoas nessa reunião e ficou documentado nesse sentido, porque fez questão que ficasse. Os dados não são facultados de forma clara, não dizem em que freguesia acontecem e muito menos a identificação das pessoas. Pretendia ter os dados, de alguma forma, até para que os Bombeiros que tenham de fazer uma intervenção em determinada zona pudessem pelo menos saber se naquela rua existiam ou não focos de infeção. Apesar de perceber que há este crescimento, o que é mais preocupante é o crescimento da pandemia e que vai ser muito difícil estancar isso. Tem uma preocupação e partilha-a de forma aberta, que está com muito receio daquilo que possam ser as medidas de desconfinamento e o impacto que elas possam vir a ter, não no imediato, mas para daqui a quinze ou trinta dias, na população. Já houve algumas medidas, que foram tomadas no dia 4 de maio, agora quando dia 18, se eventualmente houver reabertura de cafés e mais uma série de espaços, estabelecimentos de ensino, entende que no final do mês poderá haver uma situação preocupante, mas que é transversal também a todo o país, mas aqui com maior incidência que interessa de forma particular, porque é o nosso concelho. -----

Temos muita densidade populacional que ajuda a agravar um bocado a questão da propagação e o que se vê em termos de casos é que incidem mais em zonas como a nossa, com forte tecido industrial, à exceção das áreas metropolitanas do Porto e de Lisboa. -----

Às autoridades de saúde vão solicitar que tenham sensibilidade para se perceber junto das empresas o que é a sua retoma e dos cuidados que se tem de ter, no sentido de não estarmos a dar dois passos para trás, e é disso que tem de facto receio, que é que com este desconfinamento possamos a vir dar dois passos atrás e que não depende única e exclusivamente de nós. Quando dizem que em Ovar foi assim e a Câmara de Ovar foi





CÂMARA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

assado, dizer de forma clara, que quem tomou essa decisão foram as autoridades de saúde e que decretaram que fosse encerrada e confinada toda aquela área. É uma decisão que não depende de nós. Se dependesse de nós, o que gostaríamos era que houvesse outro tipo de cuidados no desconfinamento. -----

Sobre esta matéria referiu que, quer com o Senhor Primeiro Ministro, quer com o Senhor Ministro da Administração Interna, já teve conversas no sentido de os sensibilizar para a que as medidas que são tomadas no desconfinamento, embora se perceba que, quem governa tem de olhar de uma forma generalizada para o país, mas tem que ao mesmo tempo perceber o que são as especificidades de cada uma das regiões e de cada um dos concelhos. O que foi transmitindo foi esta sensibilidade, a forte densidade populacional, a forte carga de pessoas que temos na indústria e que é um foco de grande preocupação. Os especialistas de direito deverão tomar essas medidas e, paralelamente a isso, a implementação das medidas de apoio às empresas e têm-se debatido por elas. Fizeram já chegar propostas nesse sentido, logo numa fase inicial, ao Governo e cada vez que entendem que é preciso haver um reparo, porque eventualmente pode aqui ou ali surgir uma situação mais particular e que, muitas vezes as pessoas possam não estar tão familiarizadas com elas, tentam reportar. Isto tem de ser gerido ao minuto. Não pode ser gerido ao dia, não pode ser gerido ao mês. Tem de ser gerido ao minuto e em cada minuto vai haver certamente, e há, problemas para resolver e têm de ir afinando essas medidas todos os dias. Num só dia, teremos de tomar medidas e eventualmente reforçá-las noutro dia e eventualmente regredir numa outra fase. Tem de ser gerido minuto a minuto. -----

Quanto à questão dos transportes escolares e das refeições. Naquilo que é a obrigação do Executivo de manter o apoio na alimentação, sobretudo aos escalões, o que se tentou fazer com os contratos existentes, até para não estar a agravar o Município do ponto de vista financeiro em criar medidas paralelas e que trouxessem um encargo suplementar, o que se percebe e já foi veiculado na comunicação social, não só deste tipo de contratos mas outros que o Governo tem, que existem matérias que podem ser alvo de reequilíbrio financeiro se não forem cumpridos. E o que se está a tentar fazer, porque a lei tem esta particularidade, que permite que em circunstâncias imprevisíveis, que é o que se está a passar hoje, com especificidades muito concretas, que possa eventualmente haver modificações pontuais a esses contratos enquanto se justificar. Quer isto dizer que, se





eventualmente tivermos refeições ou transportes escolares, que temos de pagar neste período em que não há tanta necessidade dessas refeições nas escolas, se fizermos essa transformação da matéria prima, atingindo exatamente o mesmo público que somos obrigados a atingir, não há uma subversão dos contratos, que acabam na sua essência de se manterem e, nesse sentido, o Executivo está a fazer essa articulação. Aliás, na próxima reunião de Câmara, virá também esse documento no sentido de modificar o contrato. Os transportes têm outra especificidade, que tem a ver com o passe e obrigatoriedade de carreiras, que está a ser também trabalhado e explorado, no sentido de não pôr aqui parte nenhuma em causa. A forma como a questão foi colocada pelo Dr. João Sousa, e muito bem, que há empresas que se não receberem ficam numa situação débil e isso percebem, mas por outro lado também têm que acautelar que o Município, não obstante todas estas dificuldades, não saia duplamente prejudicado numa situação de pandemia. Se conseguirmos atingir esses objetivos, mantendo os contratos ou reformulando-os, não tendo peso acrescido para o Município e podendo dar resposta àquilo que são esses contratos, é nesse sentido que o Executivo está a trabalhar e, como é obvio, do ponto de vista jurídico tem de ser muito bem analisado para que as deliberações que venham a ser tomadas não sejam postas em causa no futuro, porque sabemos que há um momento antes da pandemia, há um momento durante a pandemia e vai haver sempre um momento depois da pandemia. E a procura do *bode expiatório* nos momentos pós pandemia ou qualquer outro tipo de situação normalmente são muito ingratos. E, portanto, não quer colocar todos numa situação que venha a suscitar qualquer tipo de problemas naquilo que são as decisões que tomam. -----

Quanto aos apoios ao ensino à distância, que entronca também na questão colocada pelo Dr. Joaquim Ribeiro, na forma como as necessidades dos cabazes e dos computadores teriam sido identificadas e a articulação com as Juntas de Freguesia. O que o Executivo fez na altura foi essa identificação, que foi feita dos Agrupamentos Escolares, juntamente com a Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares, DGEST. Essa identificação está feita, que havia muitas pessoas que tinham computadores que estariam a necessitar de reparações ou de atualizações, e o que foi feito nesta fase, até porque há constrangimentos do ponto de vista de entregas, foi feito o que o Dr. João Sousa referiu. Uma notícia que o Executivo lançou no sentido de alertar para esta matéria, de solicitar a todas as empresas do concelho, indo um bocado também de encontro ao que o Dr.





CÂMARA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

Joaquim Ribeiro já questionou, uma forma de apoiar também o comércio local, para que se inscrevessem no sentido de poderem, não só ser consultados para a compra dos computadores, mas também de vales para reparações de computadores que as pessoas tenham eventualmente em casa e a necessitar de uma modificação ou atualização. Esse universo, quer dos vales, quer dos computadores permitia, grosso modo, dar uma resposta mais rápida a toda esta missão. Porque o Executivo até comprava os oitocentos e treze computadores, se fosse essa a questão, para entregar a todos os alunos. O problema é que não há capacidade de entrega antes de terminar o ano letivo. E é isso que pretendem salvaguardar, que isso aconteça o mais rápido possível, sendo certo que tem de passar por procedimentos da contratação pública a que não podem ficar indiferentes. O que está a acontecer neste momento é que o procedimento vai ser lançado até ao final de semana, em que vão ser convidadas as empresas do concelho que se propuseram a prestar esse tipo de serviço e fornecimento e, nesse sentido, serão elas consultadas as que fizeram chegar essa vontade. Os alunos foram identificados pela DGEST e é nesse sentido que o Executivo está a trabalhar. Se lhe perguntar se deveriam entregar os computadores às Juntas de Freguesia, não vê porque não. Colocar um computador em cada Freguesia para poder ajudar a dar resposta eventualmente a focos mais próximos da freguesia, que é uma das matérias que têm identificadas que possa vir a acontecer, sendo certo que a maior parte das Juntas têm esse tipo de materiais para poderem ceder. -----

-----O Senhor Vereador João Sousa esclareceu o Senhor Presidente que relativamente aos apoios que foram dados às IPSS e aos Bombeiros, a questão que tinha colocado era um pouco diferente. O que pretendia saber era, o que é que as IPSS, os Bombeiros e as famílias pedem mais? Quais são as maiores necessidades das instituições e das famílias? -

-----O Senhor Presidente respondeu que relativamente às IPSS normalmente passa mais pela preocupação que existe neste momento com os EPI's e com os testes. Neste momento vai mais nesse sentido, sendo certo que o esforço que todas elas estarão a fazer, como farão outro tipo de instituições e associações, todos nós estamos a passar, até a própria Câmara Municipal passa por situações mais difíceis que não estavam a contar do ponto de vista financeira, que põe a todos numa situação mais frágil. As IPSS mais no sentido das EPI's, do apoio direto às testagens, sobretudo nesse sentido. Os Bombeiros têm também nessa matéria há sempre essa necessidade, mas existem outros





CÂMARA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

constrangimentos mais do ponto de vista financeiro, tendo em conta que as receitas hoje são diferentes daquelas que existiam, por exemplo com os transportes de doentes e, nesse sentido, reuniram já com as Direções dos Bombeiros, quer de Felgueiras quer da Lixa, para tentar perceber qual era a problemática que existia em cada uma das Associações, das suas necessidades e está neste momento em cima da mesa, a ser estudado com pedido documentação suplementar para aferir. Por mais vontade que o Executivo tenha de apoiar essas instituições, percebendo que elas têm necessidades, de forma clara sabem. Mesmo antes da Covid qualquer apoio que se dá a este género de instituição é pouco para aquilo que são as suas necessidades. Neste momento existem quadros que nos obrigam ou que poderão ter de identificar até para que o Município possa ser eventualmente ser ressarcido em parte ou numa grande parte, e não se sabe ainda de que forma o Governo poderá compensar aquilo que seja um investimento das Autarquias nestas matérias e há medidas que saíram diretamente para os Bombeiros, que estão identificadas. Os próprios Bombeiros podem aceder a elas diretamente e as Autarquias também o podem fazer. E é isto que o Executivo está a fazer. Está a estudar, de maneira que não haja colisão, quer de um lado quer de outro, entre aquilo que são os apoios que cada um pode dar e quem deve socorrer-se deles, se é o Município ou os Bombeiros diretamente. Porque senão, pode-se cair num erro de, com a vontade toda que temos, com o voluntarismo todo que temos, estar a pôr, quer a Câmara quer os Bombeiros, numa situação complicada. O Executivo está a fazê-lo. Carece de informação contabilística porque, é tal e qual o que o Senhor Dr. Joaquim referiu e conhece bem estas matérias, ninguém pode dizer que quer meter um lay-off sem apresentar a documentação suficiente que possa atestar efetivamente quebras de rendimentos e uma série de requisitos que têm de ser levantados. Isto põe-se também para as Associações, para os Bombeiros e até para o próprio Município, que um dia vai ter de justificar como é que gastou o dinheiro, em quê e para quê e ver que enquadramento é que ele tem naquilo que foram os decretos lei que entretanto saíram e que são aplicáveis para apoio à Covid. Para os Bombeiros a maior preocupação é a quebra de rendimentos, a preocupação com os trabalhadores, assim como o Executivo tem, não quer que os Bombeiros deixem de receber os seus vencimentos, aqueles que são assalariados, no fim do mês. Está a ser estudado, sendo certo que o Executivo quer dar resposta o mais rápido possível, mas está-se a falar de umas centenas de milhares de euros. Diria que os





CÂMARA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

subsídios ordinários anuais que o Executivo dá aos Bombeiros, que dificilmente chegará para suportar as necessidades dos Bombeiros para dois ou três meses. E isso preocupa o Executivo e, como compreenderão, o Município não está preparado do ponto de vista financeiro para conseguir fazer isso de uma hora para a outra. -----

Relativamente às pessoas e famílias, essencialmente tem a ver com debilidades, questões de carência mais ligadas à alimentação e às dificuldades que começam a sentir de forma mais premente e que vão, infelizmente, crescer nos próximos tempos e é uma matéria que o Executivo vai ter que estar mais atento, tentando reforçar os orçamentos no sentido de dar resposta a essas problemáticas, criando condições sobretudo do ponto de vista de matérias primas, com alimentação, com aquilo que possam ser eventuais reduções que o Executivo possa ter naquilo que são as despesas correntes das famílias e que possa ser feito de forma equilibrada e que não ponham também o Município em causa. Sobretudo nessas áreas que têm sido mais abordados e uma outra mais pontual, porque com esta questão da Covid e com o receio que às vezes algumas pessoas que até prestavam cuidados de higiene a um vizinho, começam a afastar-se, a não ter essa capacidade, ou por receio de serem infetados ou de outro tipo de situações, e começam a reportar diretamente ou através das IPSS em conjunto com a Segurança Social para conseguir dar resposta a essas necessidades. Estar atentos, enquanto responsáveis políticos, mas também enquanto os cidadãos deste concelho, para que nos reportem casos desse género para poder acompanhar o melhor possível. -----

Relativamente às questões colocadas pelo Senhor Vereador Dr. Joaquim Ribeiro: Quanto à articulação com as Juntas de Freguesia, numa fase inicial o Executivo deu nota daquilo que ia acontecendo. Defende que as Juntas de Freguesia devem ser cada vez mais autónomas e o Dr. Joaquim foi Presidente de Junta e sabe bem a importância que isso tem. Não pode em determinado momento entender que vai ditar as regras a cada Presidente de Junta e dizer o que ele há de fazer naquilo que são as suas competências, independentemente de achar que politicamente elas deveriam ser mais de uma forma ou mais de outra. Os Presidente de Junta que têm a necessidade de perceber que dinâmica é que vai ser implementada pelo Município, que tipo de situação enfrentam, para perceber o que vai ou deve ser feito. A articulação vai acontecendo naturalmente e o Executivo vai dando *feedback* em função das respostas que existem em cada momento. Mas, no fundo, cada um tem tomado as suas iniciativas. Vimos situações de Juntas de Freguesia que, por





exemplo, encerraram cemitérios e outras não. Na questão das máscaras houve Juntas que entenderam oferecê-las e outras não. Do ponto de vista da agilização das Juntas, entende que elas devem manter a sua autonomia, sendo certo que a Câmara Municipal está sempre disponível para as apoiar dentro destas matérias, e é isto que tem sido feito. O Executivo tem-lhes reportado para que façam chegar as necessidades que sentem para poder acudir em cada momento naquilo que são as solicitações deles. Por mais vontade que as Juntas tenham, há coisas que também não conseguem fazer. O mesmo problema que o Executivo tem na identificação de casos, embora seja mais fácil em determinado momento para uma Junta ir percebendo que a família A ou B, que estará com um caso infetado e estará identificado e consegue perceber se a necessidade de apoio é maior. Mas muitas das vezes, isso não bate certo. E o que o Executivo tem articulado com os Presidentes de Junta é dar-lhes nota que liguem diretamente com as autoridades, neste caso com a GNR, que são os que têm acesso aos dados, para que possam identificar. A questão é simples: quando eles identificam uma suposta pessoa que possa eventualmente estar infetada ou que deveria estar de quarentena e têm essa dúvida, o que é que eles terão de fazer? Devem ligar para a GNR e perguntar se aquela pessoa consta da listagem de pessoas infetadas ou que têm de estar de quarentena obrigatória. E a GNR não vai dizer que a pessoa está ou não está, só vai é dizer ou que sim ou que não e no caso da pessoa efetivamente andar na rua quando deveria estar de quarentena, a GNR prontamente atua e entra em contacto com essas pessoas. São essas orientações que têm sido dadas. Dizia o Senhor Presidente da Junta de Margaride que, para ele, é muito difícil atribuir máscaras a toda a gente por mais vontade que tenha, mas também dizia que os Presidentes de Junta, em determinado momento, têm de perceber que também não podem estar a socorrer-se e a solicitar sempre nos mesmos a pedir os apoios. Da mesma forma que a Câmara reduziu algumas despesas e pode canalizar verbas para outros fins, também as Juntas o podem fazer. Há passeios que são feitos todos os anos pelas Juntas de Freguesia e que neste momento não se equacionam. Estamos a falar de alguma poupança que pode ser canalizada para outras necessidades. Não querendo com isto dizer que a Câmara está a atirar a responsabilidade de apoiar as Juntas de Freguesia, nem de longe nem de perto, o que o Executivo faz é tentar dar resposta, dentro daquilo que consideram que é razoável, às Juntas de Freguesia. -----





CÂMARA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

Quanto à distribuição dos cabazes de alimentação, deu nota, porque há alguma confusão, porque é que o Executivo dá aos alunos do 1.º Ciclo e não dá aos do 2.º. A responsabilidade da alimentação de quem anda nas EB 2,3 não é da Câmara Municipal, é da DGEST. Neste momento ainda não é da Câmara Municipal, é da DGEST até ao final do ano letivo. Nesse sentido, a Câmara Municipal não tem obrigação de ter de prestar esse auxílio e mesmo dentro do que é a nossa comunidade, o Executivo tem obrigação de dar àqueles que têm escalão. E é isso que se tem tentado fazer, porque se vamos massificar isto, então aí já não poderíamos estar a trabalhar na base em que estamos a trabalhar, de aproveitamento dos contratos que temos, teríamos de passar para um outro nível de cobrança de refeições a todos os pais e estaríamos a falar de uma coisa completamente diferente. Isto é matéria que está a ser analisada e, como é óbvio, iremos acompanhar e até a partilhar entre nós, porque também terão alguma experiência naquilo que é o Vosso dia a dia, do Vosso quotidiano e que agradeça lhe fosse chamando a atenção se entenderem que deve ser, para podermos articular medidas mais musculadas e mais reforçadas, se houver essa necessidade. -----

Relativamente às obras do Agrupamento de Escolas Manuel Faria e Sousa que, neste momento e tendo em conta que a partir do momento em que as aulas ali não irão decorrer e o grande problema tinha a ver com o refeitório e onde iriam ficar as pessoas colocadas, de imediato reunimos com a empresa no sentido de dar nota que queríamos ter a obra pronta e pedir-lhes essa sensibilidade, não obstante os prazos que estão estabelecidos contratualmente. O Executivo também deu nota que gostariam que esses prazos, não tem presente qual o prazo de conclusão da obra nem a data em que ela deveria terminar, mas o que pediram é que tentassem andar o mais rápido possível, para que a obra pudesse estar pronta quando iniciasse novamente o ano letivo e, não sabendo se ele vai acontecer ou em que circunstâncias é que vai acontecer, este tipo de matérias terão ainda que ser vistas. Mas o que o Executivo pretende é avançar com estas obras, não só com estas mas, entretanto, com a aprovação da adenda do acordo da Escola de Idães e dos reforços que tinham sido feitos na distribuição para as outras escolas que tinham alguns problemas do ponto de vista de questões como o amianto e outras patologias nas obras que era preciso sanar; de Lagares, de Airães e da Lixa. O Executivo também está a avançar com esses procedimentos, assim como com cerca de cento e vinte e um Centros Escolares e EB1 que precisam de intervenção ao nível da eficiência





energética e que neste momento estejam em fase de aprovação as candidaturas para a eficiência energética. Deu nota que reuniu com os colegas da Comunidade Intermunicipal e com o Senhor Presidente da CCDR que transmitiram que iriam ser reformuladas e reprogramadas verbas que estavam afetas, não só à eficiência energética como sobre outras matérias para poder agilizar o que são fundos comunitários e poder dar respostas a essas escolas. Intervenções no Centro Escolar de Airões, Centro Escolar de Idães, JI da Lixa, Centro Escolar de Margaride, EB de Moure, EB de Moutelas, EB da Pedreira, EB de Revinhade, EB de Sernande, S. Jorge de Vizela, Centro Escolar de Torrados, EB de Sousa, de Varziela, Friande, Centro Escolar da Lixa, Centro Escolar de Pombeiro, EB da Refontoura, EB de Regilde, Centro Escolar de Várzea, Centro Escolar de Caramos e Centro Escolar de Sendim, num investimento global na ordem de um milhão e setecentos mil euros em cerca de 21 estabelecimentos escolares, número este que carece de confirmação, que ainda está a ser afinado pelos serviços, porque havia um outro pormenor que precisava de reforço e, nesse sentido, tratar dos procedimentos para avançar com estas obras não obstante as candidaturas virem aprovadas ou não, entendem que é uma matéria que, tendo em conta que estamos nesta situação de paragem, teremos de avançar de forma rápida para poder, não só resolver os problemas, mas também por forma a que crie o mínimo de constrangimentos possíveis a toda a comunidade escolar quando houver a retoma do ano escolar.-----

Sobre o Caminho Municipal 1184 informou que já estava prevista a celebração da escritura com um dos proprietários em janeiro e recebeu já tarde da noite uma comunicação, quase um ultimato, que se não fosse feita essa escritura o proprietário não estaria disponível para ceder. Assumiu a sua responsabilidade enquanto responsável máximo dos serviços quanto às questões legais e há uma série de procedimentos que têm que se ter em conta nesta matéria e que, às vezes, não andam com a celeridade que gostariam. Aguardando a resposta que ficaram de lhe dar, da parte de tarde, relativamente à celebração dessa escritura, entrará em contacto com o proprietário no sentido de lhe dar, pelo menos, uma palavra de esclarecimento quanto a esta matéria. ---
Relativamente ao relatório das obras confessou que estava em falta e mais uma vez pediu desculpa. O que pretende é que as obras avancem com a maior celeridade possível.-----





CÂMARA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

Quanto aos despachos confessou que tinha pedido aos serviços para lhe dar nota, mas não a tem na sua posse. Vai reportar novamente para esclarecê-lo novamente quanto a essa matéria. -----

Sobre a pandemia e a evolução dos números já partilhou o que era a sua visão. Estão certos que isto tem efeitos imediatos e o impacto económico imediato nas nossas empresas, sobretudo no comércio e na indústria, que são os que têm de suportar mais ordenados. -----

-----O Senhor Vereador Joaquim Ribeiro clarificou algumas das questões que colocou e sobre as quais o Senhor Presidente poderá não ter compreendido o alcance. -----

Quando falou na articulação da Câmara Municipal com as Juntas de Freguesia não queria propriamente dizer que fossem os Presidentes de Junta ou as Juntas de Freguesia a entregar os computadores ou fossem elas a entregar os cabazes, ou fossem elas a dizer o número de pessoas que eventualmente estarão infetadas. Não é isso, é muito mais abrangente que isso. É uma questão institucional. Não podemos encarar a ausência de contacto por *mail* das instituições como uma interferência na sua autonomia. Não tem nada a ver uma coisa com a outra. Até porque as instituições é assim que funcionam. As Câmaras Municipais fazem reuniões periódicas conforme é de lei. As Assembleias Municipais fazem reuniões periódicas que são de lei. E tanto um Órgão como outro fazem algumas reuniões que não são obrigatórias por lei, são reuniões aconselháveis para a tomada de decisões. O que referiu foi nessa perspetiva. A Câmara Municipal tem a obrigação, para além da legitimidade, de reunir com os Presidentes de Junta para os informar do que é a ação municipal. E as Juntas de Freguesia têm a legitimidade e também a obrigação de transmitir à Câmara Municipal, como Órgão Executivo de todo o concelho, aquilo que acham que pode ou não pode ser feito e quais são as suas preocupações. Porque os cidadãos quando são chamados a votar, e eles votam nas pessoas, e sabemos que é assim nas autárquicas pela proximidade que tem. E muitas das vezes e, se calhar por um lado ainda bem que assim é, as pessoas para terem informação não vão ter todas com o Presidente da Câmara. Não vão ter todas com os Vereadores. Não vão ter todas à Câmara Municipal, com os seus funcionários ou colaboradores. Eles têm uma primeira instância, porque é assim que o regime democrático está feito e por isso admirou-se porque o Senhor Presidente falou em questões de autonomia, quando não tem nada a ver uma coisa com a outra. É que as pessoas vão ter com os Presidentes





de Junta e quantas e quantas vezes os Presidente de Junta ou dão informações erradas ou não dão informações porque não sabem. E isto causa um mau estar às instituições do concelho. Por outro lado, sabe que não compete à Câmara Municipal nem ao seu Presidente, decidir se as sedes de Junta devem fechar ou abrir, no âmbito desta pandemia, ou se os cemitérios devem fechar ou abrir. A questão não é essa. É que também não compete ao Senhor Presidente da Câmara dizer às pessoas para ficar dentro de casa, isto é, obrigá-las. Mas já compete ao Presidente de Câmara dizer às pessoas, como tem feito e com alguma intensidade, para que fiquem em casa e que cumpram os distanciamentos sociais e todas as restantes regras, para evitar o reforço da pandemia.--- Ora, sabendo nós que sedes de Junta no âmbito do atendimento era aconselhável, fechar os cemitérios, pelo menos numa fase inicial, era aconselhável, e que isso está ao critério de cada um dos Presidente de Junta, o que é que constatamos? Houve uns que o fizeram e outros que não o fizeram. E perguntou ao Presidente do Município, Presidente de todos os Fregueses e de todos os Presidentes de Junta: Concorda ou discorda com isso? É que discordando com isso, a forma que o Senhor Presidente tem politicamente para resolver o problema não é impor, é reunir e dizer: "meus amigos vamos fazer um pacto, vamos trabalhar em conjunto, tomar uma decisão para depois a tornar pública a todos e a uma só voz.". E, provavelmente, não havia aquilo que tem havido ao longo deste tempo, porque é desnecessário. É nesta perspetiva, e di-lo porque tem algum conhecimento disso, até porque foi Autarca durante muitos anos. É um erro crasso aquilo que o Senhor Presidente está a fazer neste período. A comunicação com os Presidentes de Junta é muito importante. Não tem que se ter distanciamento social com os Presidentes de Junta. Tem de ser próximo, independentemente de ser mais crítico ou menos crítico, mais culto ou menos culto, é um eleito. E apelou para que no futuro o Senhor Presidente possa corrigir isto. É a sua opinião. Isto resulta de uma série de incapacidades, não pretendendo minorizar ninguém. Pretende emitir a sua opinião para que alguma coisa, de positivo, possa ser feita. Porque agora é Presidente de Câmara, poderia ser eventualmente com outro, e ele próprio poderá receber "lições" de outras pessoas, porque estamos todo nós aqui para isso. O Senhor Presidente falou relativamente à questão dos Bombeiros que é preciso levantamento rigoroso e fez uma equiparação ao lay-off. Tudo isso está muito correto, toda a gente quer atribuir os apoios de forma justa e de forma o quanto basta. Só espera é que não aconteça aquilo que está a acontecer com o lay-off. Acha muito





CÂMARA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

estranho o Senhor Presidente ainda não ter colocado um comunicado cá fora porque a esmagadora maioria das empresas de Felgueiras que requereram o lay-off, e foram muitas como sabe, receberam zero até hoje. Até a intervenção da APICCAPS no que diz respeito ao setor do calçado está a ser feita. Não vê o Senhor Presidente a pressionar publica e politicamente o Governo para que isto não venha ajudar a afundar o concelho de Felgueiras. Já não bastou termos sido os pioneiros na pandemia e com isso feito nacionalmente e internacionalmente com todos os impactos que isso tem, ao longo da pandemia como sendo um setor fortemente afetado porque temos uma mono industria e temos uma indústria e mão de obra intensiva, com as consequências do encerramento de muitas delas, em que a esmagadora maioria aderiu àquilo que é o apoio que o Governo diz que vai dar e, até à data, desde o dia 17 de março até 7 de maio - zero. Mais uma vez, isto não é da responsabilidade do Senhor Presidente, e também não pode interferir na autonomia do Governo, mas influencie-o, chame-o à atenção, represente os seus cidadãos. Porque não vai fazer milagres, mas provavelmente vai dar voz àquilo que os cidadãos comuns e os empresários não têm. E na questão dos Bombeiros, em que o Senhor Presidente disse que está a fazer um levantamento. Qual levantamento? Já sabemos do que os Bombeiros precisam, é de dinheiro, é de financiamento. Se a Câmara tem ou não tem, se tem mais ou menos, isso é outra história. Agora, não venha com o argumento do levantamento, Senhor Presidente! Isso é conversa da política politiqureira, sem querer ofendê-lo. As necessidades estão levantadas. É que os Bombeiros aqui ou ali já vão recusando alguns serviços, que não são prioritários, precisamente pela falta de dinheiro. O Senhor Presidente fez a comparação com o lay-off, faz uma comparação com o lay-off, mas ao contrário. Não dê o apoio depois do levantamento ser exaustivo e os Bombeiros "estarem fechados". Na política não é fácil. Isto é extremamente difícil, todos nós partilhamos disso. Não gostava de estar no lugar do Senhor Presidente, porque tem uma responsabilidade enorme. O Senhor Presidente escolheu estar aí e há três palavras importantes: eficácia, rapidez e comunicação. Isto não pode faltar ao Senhor Presidente. E quando falamos numa situação destas, o apoio que vier amanhã alguns já não precisam dele, porque já estão mal. Terceiro ponto, que acha que é importante, e resumia isto em algumas incapacidades que acha que pecam pelos argumentos que, na sua opinião, o Senhor Presidente apresenta. Relativamente aos computadores foi feito um levantamento em que são necessários oitocentos e treze computadores. Foi a Senhora Vereadora do





CÂMARA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

Pelouro que, na última reunião de Câmara, disse que o levantamento seria aproximadamente desse valor. O Senhor Presidente disse na reunião de Câmara que iria dar apoio desses oitocentos e treze computadores, está escrito na Ata e foi ouvido, para que toda a gente fosse tratada por igual. O Senhor Presidente veio dizer agora que, por questões de oferta, só conseguia cento e cinquenta. Senhor Presidente, por amor de Deus, isso não. Tudo isso depende da forma como fez o concurso, tudo isso depende da forma como escalona as prioridades para as entregas. Não acredita que, nesta altura do campeonato, haja restrição a esse ponto. O Senhor Presidente para avançar com esta medida utilizou critérios. Como é que vai aplicar agora os critérios? O que é que vai dizer às outras seiscentos e cinquenta pessoas. Em vez de resolver um problema vai criar dois. É que não resolve o problema pela primeira e vai criar desconfianças e mau estar pela segunda. Ou seja, os concursos podem ser feitos por lotes distintos. Porque se for uma entidade a fornecer é difícil. Será que ninguém diz ao Presidente de Câmara que é possível fazer dessa forma? É o que outros Municípios estão a fazer. Isto implica alguma eficácia nos serviços para aquilo que, politicamente, seja minimamente concretizável. E isto tem uma palavra, é alguma incompetência, com todo o respeito, que merece. -----

Na questão dos apoios do Governo ou na questão do desconfinamento e nos apoios às empresas. Gostava de saber claramente se o Senhor Presidente concorda ou não com a forma como os apoios estão a ser realizados e implementados pelo Governo? E diz isto porque vem na sequência da última questão que colocou; saber o que pensa o Senhor Presidente deste drama que vamos ter no futuro? É que o Senhor Presidente de Câmara preside a uma instituição que é uma gota de água naquilo que é o orçamento do Estado e naquilo que é o orçamento Europeu. E o Senhor Presidente, por si só e com a situação financeira do Município, não vai conseguir fazer muito mais. Pode fazer alguma coisa, mas não vai conseguir fazer muito mais, porque não tem margem para isso. Então, é hora de se começar a dizer e a levantar a voz junto daqueles que têm a obrigação de apoiar para serem mais eficazes e mais abrangentes. E não ouve uma palavra sobre isso. É que toda a gente está com medo. Ouve coisas deste género: aumentos da função pública no próximo ano ainda vamos ver. Temos esta ousadia, de alguém nesta altura do campeonato ainda ter em cima da mesa a possibilidade de aumentos da função pública e não tem dinheiro para pagar o lay-off a tempo e horas. Senhor Presidente, isto vai dar muita dor de cabeça a muita gente. Porque uma coisa é nós falarmos de máscaras, de





CÂMARA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

viseiras, de pôr os autofalantes cá fora - "fique em casa", de levar os cabazes às pessoas. Uma coisa é isso, outra coisa é gente a morrer de fome, haver assaltos, haver uma catástrofe social e aí é que se vai ver, como é que nós todos em conjunto e o Senhor Presidente em especial, vai conseguir minorar este tipo de problemas. Não vale a pena, tem de se ser mais assertivo, mais interventivo, mais comunicativo com as Juntas de Freguesia, com as próprias instituições. Não vê parceria pública, as instituições vivas de Felgueiras a fazer pressão junto do Governo para que estas coisas sejam olhadas também para Felgueiras. Há uma linha específica para apoio, mas teme que a maior parte fique em Lisboa, e é preciso que se olhe para isto. O Senhor Presidente, por muitos apoios que possa dar, por muita poupança que aqui ou ali possa fazer, por muito esforço que possa fazer, não vai ter capacidade, de certeza absoluta, de sozinho, enquanto Município, para resolver aquilo que vai ser um problema gravíssimo, que acha que a maioria das pessoas ainda não atingiu o alcance da situação. Pediu desculpa por esta determinação, mas acha que isto é grave de mais e complexo de mais para que aliviemos algumas tarefas e algumas funções por inércia e por alguma incapacidade.-----

-----O Senhor Presidente referiu que tem grande estima e respeito pelo Senhor Dr. Joaquim e até o tem como uma pessoa sensata. E custou-lhe ouvir algumas coisas que ouviu e não pode deixar de tecer alguns comentários relativamente a algumas coisas que o Dr. Joaquim referiu.-----

Esteve bastante atento em determinados momentos a algumas intervenções do líder do Partido Social Democrata, Dr. Rui Rio, e que lhe parece que tem sido uma pessoa sensata em todo este processo. E não andando à procura, e como disse o Dr. Joaquim, a fazer politiquices de forma irresponsável, prometendo tudo agora a toda a gente e achar que se pode fazer tudo aquilo que nunca se fez até hoje, de forma irrealista e populista. E aquilo que lhe pareceu nas palavras do Dr. Joaquim era exatamente isso. Quanto às Juntas de Freguesia, esta Câmara tem vários serviços e um deles é o Gabinete de Apoio às Freguesias. Os Presidente de Junta quando têm necessidades, intervêm. Porque a Câmara não é só o Presidente de Câmara. Há Vereadores com quem os Senhores Presidentes de Junta conversam, com quem articulam determinadas matérias, de uma ou outra área, quando são solicitadas. Noutro tempo, quando o Presidente de Câmara não atendia os Presidentes de Junta, tinha de ser o Vice-Presidente a atender. Portanto, não pode aceitar que o Dr. Joaquim venha dizer que o Presidente é incapaz naquilo que se está a fazer.





CÂMARA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

Não percebeu onde o Dr. Joaquim quis chegar ou o alcance do que disse, mas parece-lhe política pura e dura e demagógica, é o que lhe parece. Perdoe se estiver errado. Mas se o Dr. Joaquim acha que é este o caminho para os Felgueirenses e para lhe dar resposta, e se tiver uma forma milagrosa, presente à população, que as pessoas amanhã elegem-no diretamente como Presidente, e até votará no Dr. Joaquim. Deu um caso concreto: O Dr. Joaquim, enquanto Técnico Oficial de Contas, presumindo que lida nessa matéria, sabe, se calhar melhor que ninguém, que apoios serão necessários para dar a todas as empresas e, aliás, acha que é uma forma de todos nós refazeremo-nos dentro do que é a nossa atividade e continuar a prestar serviços dando apoio noutras matérias. A Câmara não tem soluções milagrosas. A Câmara e os seus serviços todos, no seu todo, não tem soluções milagrosas. Já não o tinha num cenário normal, não o tem num cenário destes. São decisões tomadas ao minuto. Não pode, é dizer que a gente sabe bem quais são as necessidades dos Bombeiros e chegar aqui os Bombeiros e pedir para suportar os custos de uma estrutura, sem que o Dr. Joaquim pergunte, quer o dinheiro porquê? O que aconteceu de anormal? Da forma como coloca as questões, seria dado o que pedissem; "dê-lhes porque eles precisam.". Não é assim, Dr. Joaquim.-----

-----O Senhor Vereador Joaquim Ribeiro disse que o Senhor Presidente entendeu, das suas palavras, que tem que fazer milagres. E o Senhor Presidente começou por dizer que o que estava a referir é populismo e foi buscar a questão de que é preciso ter alguma prudência. "Senhor Presidente, prudência tenho eu tido.". O Senhor Presidente não vê qualquer comentário seu até hoje, e espera que não passe a ver, escrito, a criticar a Câmara nas redes sociais, em conferências de imprensa ou nos jornais. O Senhor, mais uma vez, confundiu aquilo que é uma opinião numa reunião colegial, em que lhe diz e acha, na sua opinião, que o pode ajudar a fazer aquilo que eventualmente não consegue, porque ninguém consegue fazer tudo e o Senhor Presidente entendeu ao contrário. Pensou que lhe quer minorizar o trabalho, que lhe quer, até se calhar, substituí-lo. Não se trata nada disso. Porque se o Senhor Presidente o visse nas redes sociais a criticá-lo por estas razões o Senhor Presidente deveria ficar preocupado. Aí, poderia dizer que é populista, mas não. Não estão a falar olhos nos olhos, porque não é permitido. Mas falam frente a frente num Órgão colegial do qual, até à data, nunca colocou nada lá fora. Acha que é injusto e incorreto o que o Senhor Presidente lhe disse. Pode ter uma atitude diferente enquanto Presidente de Câmara daquela que teria se pudesse influenciar a





CÂMARA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

mudar. São opiniões. Com esses argumentos, mais uma vez, é deturpar aquilo que é o objetivo fundamental. E pediu desculpa por interromper o Senhor Presidente. -----

-----O Senhor Presidente referiu que não vai continuar a rebater. Não tem tido queixa dos Senhores Presidente de Junta, ninguém lhe reportou nada. Se o Dr. Joaquim tem informação adicional, aí sim pediria que a partilhasse e que lhe desse nota disso, de quais são as preocupações. -----

-----O Senhor Vereador Joaquim Ribeiro disse que o Senhor Presidente fez confusão. Não tem de partilhar. -----

-----O Senhor Presidente referiu que o Dr. Joaquim o chamou à atenção. Perguntou se há articulação com os Presidentes de Junta e o que respondeu é que em função do que é a autonomia de cada um e aquilo que são as necessidades de cada momento, tudo é articulado com os Presidentes de Junta. Seja o Presidente da Câmara a ligar sejam eles a ligar ao Presidente. E quando diz ao Presidente, diz à Câmara e diz ao Município. E muitas vezes os Presidentes de Junta que, quando precisam de resolver algum problema, não quer dizer que seja diretamente com o Presidente da Câmara, podem se calhar sanar esse problema de forma mais célere indo diretamente à pessoa que está com o caso concreto. Se, por exemplo, precisar de alguma coisa da educação sabe que se se dirigir ao Pelouro da Educação e, eventualmente, terá uma resposta mais célere. Temos estado em articulação com os Presidentes de Junta. O que lhe fez confusão foi levá-lo para essa dedução porque que o Dr. Joaquim falou em incapacidade. "Casa onde não há pão todos ralham e ninguém tem razão" - é assim o ditado e é antigo. Tem o sentimento de que tomou as melhores opções, nos momentos em que elas tinham de acontecer e com responsabilidade acrescida. É sempre muito mais fácil para quem está na oposição, poder dizer que era melhor assim ou melhor assado. -----

O Senhor Presidente referiu que nunca foi oposição. Partiu para um ato eleitoral como candidato, nunca foi oposição a ninguém. -----

Não pode concordar com as afirmações do Dr. Joaquim e, quanto a ir para as redes sociais, se entender que alguma coisa não está bem, diga, não tenha receio. -----

Mais referiu que, se o Dr. Joaquim está à espera de ver o Presidente da Câmara fazer circo lá fora como fazem alguns Presidentes de Câmara e alguns que prometem mundos e fundos, que dizem que dão e depois se vê que têm uma mão cheia de nada... A influência não se faz aos berros na comunicação social nem numa rede social. -----





-----O Senhor Vereador Joaquim Ribeiro disse que, depois se vai ver o resultado.-----

-----O Senhor Presidente deu um exemplo muito concreto: viu muitos Presidentes de Câmara a berrar, a pedir centros de testes e que ainda hoje não o tem. E Felgueiras sem berrar, com mais ou menos dificuldades, com mais ou menos atropelos, tem um centro de testes em Felgueiras, em articulação com as entidades que estão no terreno. -----

-----O Senhor Vereador Joaquim Ribeiro referiu que sobre este aspeto prescinde de fazer mais comentários. -----

-----O Senhor Presidente referiu ainda que estava à vontade, porque sabe bem o esforço e o empenho que teve para que isso acontecesse. Isto para ir de encontro àquilo que o Dr. Joaquim falou, da possibilidade de influência positiva sem ilegalidades para resolver situações. -----

-----O Senhor Presidente abriu, de seguida, a: -----

-----ORDEM DO DIA-----

-----**1 - Aprovação da Ata n.º 05/2020 da reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada no dia 05 de março de 2020** – Os Senhores Vereadores, dispensaram a leitura da Ata, em virtude da mesma ter sido distribuída, previamente, a todos os membros do Executivo. Posta a votação foi aprovada por unanimidade. -----

-----**2 - Aprovação da Ata n.º 06/2020 da reunião extraordinária da Câmara Municipal, realizada no dia 17 de abril de 2020** – O Senhor Vereador Joaquim Ribeiro referiu que na página 8 desta Ata faltarão o texto de uma eventual resposta do Senhor Presidente, e perguntou o que é que tal significa. -----

A Senhora Vereadora Carla Meireles referiu que esta Ata contém algumas frases incompletas, não estando como é habitual, com texto inacabado na página 8. -----

Relativamente à página 5 solicitou a retificação do texto da sua intervenção, bem como da respetiva resposta da Senhora Vereadora Rosa Pinto.-----

O Senhor Presidente referiu que a reunião a que se refere esta Ata, foi realizada foi realizada por videoconferência e não foi gravada por lapso da ValSousa e, daí, resultou alguma dificuldade na sua elaboração.-----

O Senhor Presidente referiu que se farão as necessárias correções.-----

Posta a votação foi aprovada por unanimidade.-----

-----**3 - Proposta - Contrato de Participação - Parques Infantis - Adenda N.º 1** – O Senhor Vereador João Sousa perguntou quais foram as Juntas de Freguesia





CÂMARA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

que aderiram ou de for mais fácil, as que não aderiram. O Senhor Presidente referiu que não tem, de momento, essa informação. Tem conhecimento que algumas freguesias estão com dificuldades, designadamente, a freguesia da Refontoura, que estaria com algumas questões relacionadas com o terreno para a instalação do parque. Todas têm a vontade de o fazer, mas haverá alguns constrangimentos em alguns casos no que tem a ver com a localização para implantação dos parques infantis. -----

O Senhor Vereador João Sousa solicitou que essa informação fosse disponibilizada na próxima reunião de Câmara. -----

A Câmara Municipal deliberou ao abrigo da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º e da alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual, submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal a alteração da cláusula sexta do contrato de comparticipação, prorrogando o prazo da execução física e financeira da obra, devendo a sua conclusão ocorrer até ao dia 15 de maio de 2021, conforme minuta da Adenda n.º 1. Esta deliberação foi tomada por unanimidade. -----

-----**4 - Contratos-Programa de Desenvolvimento Desportivo - Airões a Pedalar Associação, Associação Desportiva - Amadores de Pesca de Felgueiras, Associação de Cicloturistas de Felgueiras, Clube de Andebol de Barrosas, Foca - Clube de Natação de Felgueiras, NBA - Núcleo Barrosas Amador, Salta Fronteiras Associação e União Desportiva de Várzea** – A Câmara Municipal deliberou aprovar a proposta. Mais deliberou aprovar os mapas dos apoios a conceder, os quais deverão fazer parte dos aludidos contratos-programa a celebrar com as seguintes coletividades: Airões a Pedalar Associação, Associação Desportiva - Amadores de Pesca de Felgueiras, Associação de Cicloturistas de Felgueiras, Clube de Andebol de Barrosas, Foca - Clube de Natação de Felgueiras, NBA - Núcleo Barrosas Amador, Salta Fronteiras Associação e União Desportiva de Várzea. Estas deliberações foram tomadas por unanimidade. -----

-----**5 - Descentralização | Educação | Celebração de Protocolo de Colaboração e Delegação de Competências** – O Senhor Vereador João Sousa perguntou quanto é que o Governo vai transferir ou transferiu, de uma forma global, para a Câmara no âmbito da delegação de competências. Perguntou ainda qual o valor total que a Câmara Municipal transferiu para as escolas, incluindo o valor constante desta proposta. -----





CÂMARA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

O Senhor Presidente referiu que há adiamentos na descentralização para 2022. As atuais e futuras necessidades podem implicar futuras alterações orçamentais, prevendo-se a maior agilização possível para enfrentar as necessidades de acordo com a realidade efetiva. Em reunião com a CCDRN, uma das questões que foi discutida foi a reprogramação que passa pela questão do financiamento no âmbito da educação, com eventual reafetação de outras verbas. -----

A Senhora Vereador Ana Medeiros referiu que não pode precisar neste momento os montantes globais, porque são várias as rubricas, sendo a maior e mais pesada a de custos com pessoal e esses valores já foram dados a conhecer em reunião de Câmara. Não tem presente de memória mas a rubrica que tem mais peso é a de recursos humanos. -----

O Senhor Vereador João Sousa referiu que a Senhora Vereadora está em falha com o envio dessa informação. -----

A Senhora Vereadora prosseguiu, referindo que foram transferidos em dezembro de 2019, relativamente à conservação e manutenção das EB's 2.3, 7.500,00 € por agrupamento e foi transferido em abril de 2020, 26.000,00 € para material de higiene e limpeza para os jardins de infância e 1.º ciclo do ensino básico. -----

O Senhor Vereador João Sousa procedeu à leitura da seguinte declaração: "Votamos favoravelmente este Ponto, apesar de não termos concordado com o processo de descentralização de competências feito pelo Governo ao qual o Município de Felgueiras apressadamente aderiu apesar das dúvidas generalizadas pela maioria dos municípios. Entendemos que esta descentralização deveria ter sido realizada ponderadamente e de forma mais transparente da parte do Governo, definindo discriminada e claramente obrigações e transferências de verbas. Não temos dúvidas que os municípios devido à proximidade e ao interesse direto fazem mais e melhor que o Governo. Também não temos dúvidas que o Governo quer livrar-se de um peso financeiro e empurrar para as Autarquias um custo que não é imediato, mas futuro, da maior das competências na área da educação, tal como aconteceu na anterior delegação de competências celebrada em 2009, o que parece ser uma relação simbiótica entre o Ministério da Educação e as Autarquias, tornou-se um pesadelo financeiro para todos e levou várias Autarquias a denunciarem os contratos com o Ministério da Educação. A maioria dos Municípios, no entanto, continuou insatisfeita com a relação com o Governo, mas não "abandonou" as





escolas. Para uma segunda fase de delegação de competências ou de descentralização exigia-se um processo mais maduro. Pela parte do PSD continuámos à espera da informação do atual Executivo sobre transferência de verbas e dados sobre recursos humanos, há quase um ano. Parece-nos ser assunto demasiadamente importante e que deve ser aprofundadamente discutido e informado para melhorámos a implementação e a concretização do mesmo.”. -----

A Senhora Vereadora Ana Medeiros referiu que é natural que o Senhor Vereador não tenha noção da complexidade de um processo destes, mas adianta que, e comprovadamente pelo Senhor Delegado Regional, que Felgueiras é dos Municípios que está mais à frente e com o processo mais maduro ao nível da descentralização de competência na área da educação e gostaria que ficasse registado em Ata. Não tendo na sua posse os valores das rubricas de forma desdobrada, o assunto já esteve e foi discutido em reunião de Câmara. -----

O Senhor Vereador João Sousa referiu que, repetidamente, e já vai na terceira ou quarta reunião que se fala deste assunto, a Senhora Vereadora continua a não trazer os documentos. Pede desculpa, mas vai continuar a insistir nos documentos escritos. -----

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou aprovar a proposta do Senhor Presidente de Delegação de Competências bem como a minuta do Protocolo de Colaboração. Esta deliberação foi tomada por unanimidade. -----

-----**6 - Proposta de Autorização Prévia da Assembleia Municipal para Assunção de Compromissos Plurianuais e a sua Reprogramação - "Requalificação da Praça Vasco da Gama"**– A Câmara Municipal deliberou remeter o documento para autorização prévia da Assembleia Municipal, uma vez que os encargos plurianuais excedem o limite de 99.759,58 €, para assunção dos compromissos plurianuais e a sua reprogramação tendo em conta os seguintes valores: ano de 2020 - 705.378,09 € e ano de 2021 - 862.664,03. Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

-----**7 - Revogação da Deliberação de Câmara de 19 de julho de 2018 - Procedimento Concursal Comum para Ocupação de Um Posto de Trabalho na Categoria e Carreira de Técnico Superior, com Formação na Área de Ciências da Nutrição** – A Câmara Municipal deliberou revogar a deliberação de 3 de agosto de 2017, a que se refere a proposta da Exma. Senhora Vereadora, Dr.^a Carla Meireles, datada de 26 de julho de 2017, nos termos e ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 169.º do





CÂMARA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

Código do Procedimento Administrativo, que autorizou abertura do procedimento concursal, para constituição de relação jurídica de emprego público, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado para ocupação de um posto de trabalho na categoria e carreira geral de Técnico Superior (Ciências da Nutrição). Esta deliberação foi tomada por cinco votos a favor e quatro abstenções dos Senhores Vereadores João Sousa, Carla Meireles, Joaquim Ribeiro e Adelina Silva.-----

-----8 - Autorização para Abertura de Concursos Internos de Acesso Limitado tendo em vista o Preenchimento dos Postos de Trabalho infra identificados, Previstos e não Ocupados no Mapa de Pessoal:-----

- Ref.^a A - Dois Postos de Trabalho na Categoria de Graduado-Coordenador da Carreira de Polícia Municipal;-----
- Ref.^a B - Quatro Postos de Trabalho na Categoria de Agente Graduado Principal da Carreira de Polícia Municipal; -----
- Ref.^a C - Doze Postos de Trabalho de Agente Graduado da Carreira de Polícia Municipal;
- Ref.^a D - Quatro Postos de trabalho de Agente Municipal de 1.^a da Carreira de Polícia Municipal; -----

O Senhor Vereador João Sousa perguntou qual o número total de polícias, quanto custa esta medida e se a mesma vai ser igual para outros serviços.-----

O Senhor Vereador Fernando Fernandes informou que há 24 agentes no Corpo da Polícia Municipal, dois deles ainda não estão em condições de transitar de categoria porque ainda não obtiveram o certificado de formação de Polícia Municipal de um curso que terminou há cerca de um mês. Este procedimento tem a ver com a ausência que impera nas progressões nas carreiras, essencialmente nas carreiras não revistas, como é o caso da carreira de Polícia Municipal. Há casos em que não há progressão há mais de 15 anos. Pretende-se regularizar e minimizar o impacto financeiro que essas pessoas têm sofrido ao longo dos anos e têm sido preteridos em relação aos restantes colaboradores.-----

O Senhor Presidente referiu que é vontade deste Executivo e não obstante os constrangimentos atuais, e tendo em atenção a justiça e equidade no tratamento destas questões, tudo se fará, com conta, peso e medida, analisando em cada momento em função das circunstâncias, aquelas que podem ser as melhores medidas para os trabalhadores.-----





CÂMARA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

O Senhor Vereador João Sousa leu a seguinte declaração: "Na informação de suporte é louvada a capacidade dos trabalhadores e a vontade em mantê-los motivados. Gostaríamos que fosse alargada aos outros bons trabalhadores. Gostaríamos que a política municipal fosse de reconhecimento e garantisse igualdade de promoções para os outros serviços, porque nos chegam ecos de descontentamento de alguns funcionários sobre falta de equidade, manifestamos o nosso desejo de que na esfera municipal todos possam ser tratados por igual." -----

Deliberação – A Câmara Municipal autorizou a abertura dos concursos Internos de Acesso Limitado infra de acordo com as disposições conjugadas no art.º 4.º e no n.º 1 do art.º 9.º, ambos do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, de acordo com as regras constantes do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de julho, com adaptação à Administração Local dada pelo Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de junho, com as especificidades decorrentes do Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de dezembro, diploma que, na altura, veio definir o regime de carreiras da administração local. -----

REF.ª A - DOIS POSTOS DE TRABALHO NA CATEGORIA DE GRADUADO-COORDENADOR DA CARREIRA DE POLÍCIA MUNICIPAL; -----

REF.ª B - QUATRO POSTOS DE TRABALHO NA CATEGORIA DE AGENTE GRADUADO PRINCIPAL DA CARREIRA DE POLÍCIA MUNICIPAL; -----

REF.ª C - DOZE POSTOS DE TRABALHO DE AGENTE GRADUADO DA CARREIRA DE POLÍCIA MUNICIPAL; -----

REF.ª D - QUATRO POSTOS DE TRABALHO DE AGENTE MUNICIPAL DE 1.ª DA CARREIRA DE POLÍCIA MUNICIPAL. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade. -----

-----**9 - Alteração do Júri dos Procedimentos Concursais de Seleção para Provimento de Cargo de Direção Superior (Diretor/a Municipal); Cargos de Direção Intermédia de 1.º Grau (Diretor/a de Departamento); Cargos de Direção Intermédia de 2.º Grau (Chefe de Divisão) e Cargos de Direção Intermédia de 3.º Grau (Chefe de Serviços)** - A Câmara Municipal deliberou a aprovar a proposta. Mais delibera submeter à Assembleia Municipal para aprovação da alteração da constituição do Júri dos procedimentos concursais em epígrafe, nos termos do artigo 13.º da Lei n.º 49/2012, de 19 de agosto. Estas deliberações foram tomadas por unanimidade. -----





10 - Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) No 1.º Ciclo do Ensino Básico e Atividades de Animação e Apoio Educativo nos Agrupamentos de Escolas da Rede Pública, desenvolvidas pelo Município de Felgueiras. Recrutamento de Técnicos Superiores para Assegurar o Desenvolvimento das Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) e Atividades de Animação e Apoio Educativo (1.º CEB) e à Família (Pré-Escolar) para o Ano Letivo 2020/2021 - A Câmara Municipal deliberou:-----

1 - Autorizar a abertura de procedimentos concursais nos termos do n.º 1 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, para ocupação do 55 postos de trabalho (AEC) e Atividades de Animação e Apoio Educativo para o ano escolar 2020/2021, na carreira e categoria de técnico superior, para constituição de relação jurídica de emprego público, na modalidade de contrato de trabalho a termo resolutivo certo, a tempo parcial, para os Serviços de Educação, conforme o Mapa de Pessoal do Município de Felgueiras para o ano de 2020, previamente aprovado (doc. 4).-----

2 – Que nos termos do disposto nos n.º 5 e 7 do artigo 30.º da LTFP, Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, possam concorrer trabalhadores com e sem vínculo de emprego público, por uma questão de eficiência e eficácia dos procedimentos concursais, tal como a previsão de uma redução de custos, caso não hajam candidatos com vínculo de emprego público a concorrer aos procedimentos. O que levaria a um aumento de custos na elaboração de novos procedimentos, para além do atraso no fecho do mesmo e, sendo os postos de trabalho a ocupar de caráter urgente, não se justificaria.-----

Estas deliberações foram tomadas por unanimidade.-----

-----**11 - Mapa de Pessoal para o Ano de 2020 - 1.ª Alteração** – O Senhor Vereador João Sousa referiu que no texto introdutório e na informação de suporte não veem referidas as informações dos serviços. Pretendia-se informação mais pormenorizada sobre o que está em causa sobre a criação destes novos postos de trabalho e quais as necessidades que os serviços sentiram. Deduz que tenha a ver com a área da educação e isso deveria constar de forma clara na proposta. O mapa de pessoal é quase ilegível.-----
O Senhor Presidente referiu que se trata de 5 assistentes operacionais necessários para substituir situações de aposentação e de baixas prolongadas na área dos serviços operativos de água e saneamento, não havendo aumento de despesa.-----





CÂMARA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

A Senhora Vereadora Carla Meireles referiu que o que estará em causa é a criação de novos lugares que vai para além de 5 assistentes operacionais. Tratar-se-á da criação de 4 técnicos superiores e de 27 assistentes operacionais.-----

O Senhor Vereador João Sousa referiu que os documentos financeiros de suporte fazem referência a 33 funcionários.-----

A Senhora Vereadora Ana Medeiros referiu que estes lugares já estavam considerados no mapa de pessoal, simplesmente há uma modificação de 5 assistentes técnicos para os serviços de água e saneamento.-----

A Senhora Vereadora Carla Meireles referiu que a proposta se refere à criação de novos postos de trabalho e são anexados documentos financeiros do seu custo. Não se refere a alteração ou modificação do mapa de pessoal. A proposta não diz de onde provêm as necessidades, mas está a falar-se de criação de novos lugares e não de modificação, conforme consta do texto da proposta.-----

O Senhor Vereador João Sousa solicitou ao Senhor Vereador Fernando Fernandes que ajudasse no esclarecimento desta matéria através da leitura dos documentos financeiros.

O Senhor Vereador Fernando Fernandes referiu que há criação de um ou outro lugar, designadamente a vaga de soliciadoria que é efetivamente criada. São preteridos lugares que estavam previstos no mapa de pessoal em determinadas áreas que se verifica que nesta fase não são prioritárias, pelo que se optou por eliminar esses lugares e criar novos lugares noutras unidades orgânicas. Relativamente à parte financeira há estornos e alguns reforços noutras rubricas, mas não é aumentado o valor global da despesa em recursos humanos.-----

O Senhor Vereador João Sousa perguntou se foi feita a referência para cada um dos lugares criados, sendo então certo de que se trata de 33 funcionários, com um custo de 127.000,00 €.-----

A Senhora Vereadora Adelina Silva referiu que, não obstante possa ter havido estornos por eliminação de outros lugares, é certo que da leitura dos documentos financeiros haverá um acréscimo da despesa.-----

O Senhor Vereador Fernando Fernandes reiterou que não há aumento global na despesa com Recursos Humanos.-----





CÂMARA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

A Senhora Vereadora Carla Meireles perguntou quais as áreas para as quais vão ser recrutados os técnicos superiores, bem como os 27 assistentes operacionais previstos, e para que serviços. -----

O Senhor Presidente referiu que não dispõe dessa informação. -----

A Senhora Vereadora Adelina Silva referiu que, não havendo essa informação relevante, não há condições, por falta dos esclarecimentos solicitados, para votar conscientemente este assunto. -----

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou aprovar a alteração do Mapa de Pessoal para o ano de 2020 e remeter o documento à Assembleia Municipal para o mesmo fim. Esta deliberação foi tomada por cinco votos a favor e quatro votos contra dos Senhores Vereadores João Sousa, Carla Meireles, Joaquim Ribeiro e Adelina Silva.-----

O Senhor Vereador João Sousa leu a seguinte declaração de voto: "Constatamos a falta de informação técnica das necessidades de pessoal e dos serviços e entendemos que seria mais transparente enunciar no texto informativo sobre o número dos trabalhadores em questão e os custos. Deveria proceder-se como em outras propostas, como por exemplo no caso presente a esta reunião, de delegação de competências nas escolas, onde estão claros os valores. No decorrer da discussão deste ponto não fomos esclarecidos. Os Felgueirenses precisam e têm o direito de saber quais as contratações do atual Executivo e quais os custos, até para poderem concorrer quando abrirem os concursos. A contratação de pessoal é um clássico nas reuniões de Câmara. A sistematização do raciocínio do PSD é clara e adverte para o excessivo crescimento das despesas com pessoal, sem que se verifiquem ganhos de eficiência dos serviços. Lembramos também que estão sempre a verificar-se contratações de pessoal, mas não há notícia de diminuição de contratualização de serviços externos, que representam uma fatia enorme na despesa municipal. Quanto ao número de funcionários, lembramos que o mapa de pessoal, na reunião de 20 de fevereiro, tinha 971 lugares. Para memória futura fica a informação, que verificamos, de que este ponto da ordem do dia sustenta, através da consulta dos documentos financeiros, a contratação de 2 assistentes técnicos, 1 técnico superior, mais 2 técnicos superiores, mais 27 assistentes operacionais, mais 1 técnico superior de solicitadoria, o que totaliza 33 funcionários e os documentos de suporte financeiro apontam para um custo de 127.000,00 €."-----





CÂMARA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

-----**12 - Relação das decisões proferidas em processos de licenciamento no âmbito do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação** - A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

-----**13 - Aprovação em minuta dos textos das deliberações** – A Câmara Municipal deliberou aprovar em minuta os textos das deliberações. Esta deliberação foi tomada por unanimidade. -----

-----Nada mais havendo a tratar, pelas dezassete horas, o Senhor Presidente da Câmara agradeceu a presença de todos e deu por encerrados os trabalhos.-----

-----Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, trinta e duas laudas, que ficam rubricadas pelo Senhor Presidente da Câmara, Nuno Alexandre Martins da Fonseca e por mim, António Sérgio da Costa Oliveira, designada para secretariar esta reunião. -----

O Presidente da Câmara Municipal,

O Chefe da Divisão Administrativa,

